

## EDITORIAL

Em 2003 apenas 9% dos jovens com idades entre 18 a 24 anos estavam na Educação Superior e aqueles que aí chegavam em sua grande maioria 70,8% estavam matriculados no setor privado (Censo Escolar, 2003 - INEP/MEC). Concomitante a esses indicadores, dados sócio-econômicos indicam que a capacidade da sociedade brasileira em sustentar o lucro das instituições privadas esgotou. Tal fato é reconhecido pelo atual governo federal no documento - Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira - elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Presidente da República em 20 de outubro de 2003 para identificar os problemas e propor ações emergenciais para enfrentamento da crise das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). É necessário encontrar saídas para a crise das universidades, oriunda da falta de recursos, decorrentes da crise fiscal do Estado, mas também para o setor privado que está "ameaçado pelo risco de uma inadimplência generalizada" (Relatório do GTI).

A história recente da educação superior no país indica um claro privilégio ao setor privado na expansão da oferta e atendimento desse nível de ensino. O dados do Censo Educacional de 2003 demonstram que das 1.859 instituições superiores de ensino existentes no país 88,9% são instituições privadas e apenas 11,1% instituições públicas. Em sintonia com os organismos internacionais, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, as soluções governamentais, para o ensino superior tiveram como eixo central a crença de que o mercado é mais eficiente no atendimento às necessidades individuais e sociais do que o Estado.

Essa lógica permanece inalterada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e se expressa na reforma da educação superior em curso. A reforma imposta de forma vertical institucionaliza o eixo privado como o pilar da educação superior brasileira, consolida o "empresariamento da educação" e amplia a privatização com mais verbas públicas sob a justificativa de que apenas dessa forma é possível assegurar o acesso dos jovens brasileiros pobres ao ensino superior.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI criado através da Medida Provisória 213/04 é revelador da opção por continuar privilegiando o setor privado. Inicialmente, o MEC pretendia criar em instituições privadas, no prazo de quatro anos, 400 mil novas vagas de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica. Em troca de isenção fiscal as instituições criariam vagas para estudantes oriundos de escolas públicas ou de escolas particulares (desde que na condição de bolsistas integrais), negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, ex- presidiários e para professores da rede pública de educação básica. A meta inicial anunciada foi revista e, atualmente, é de apenas 180 mil novas vagas, entretanto, é gigantesca a renúncia fiscal prevista neste programa. Apenas a isenção das instituições filantrópicas, que já contavam com essa prerrogativa, correspondia a cerca de R\$ 840 milhões de reais, com a adesão das instituições empresariais ao PROUNI o subsídio ao setor poderá chegar a um montante superior a R\$ 2 bilhões/ano, isso sem contar os cerca de R\$ 1 bilhão do Financiamento Estudantil (FIES).

O Estado vai comprar vagas no setor privado que se transformaram em vagas públicas, porém não gratuitas. As instituições poderão optar por transformar uma bolsa integral em duas bolsas parciais, o que inviabiliza a permanência de grande parte dos estudantes nas instituições. As bolsas integrais serão destinadas na proporção de uma a cada nove estudantes-pagante. Os bolsistas integrais, por sua vez, devem ter renda familiar de até um salário e meio e serão destinadas bolsas parciais para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos. Neste caso, o estudante de baixa renda terá que custear 50% da mensalidade do curso superior.

Interessante observar que o Relatório do GTI afirmava que seriam necessários R\$ 1 bilhão/ano para solucionar os problemas das Instituições Federais de Ensino Superior. Estudo da entidade dos reitores das universidades federais - ANDIFES – também afirma que, com apenas R\$ 1bilhão seria possível generalizar o ensino noturno das IFES, criando aproximadamente 400 mil novas vagas. Com o total de verbas públicas que está sendo previsto



para as instituições privadas poderíamos ter mais de um milhão de novas vagas no sistema federal.

Referimos no início deste editorial aos dados que demonstram que no Brasil de cada 100 jovens com idade de 18 a 24 anos apenas 9 estão matriculados em alguma instituição de ensino superior, a atual meta do PROUNI sequer chega perto de solucionar o problema do acesso às universidades, com o programa esse índice poderá chegar a 10, até 12 de cada 100 jovens, o que não modifica a exclusão dos setores mais pobres.

A reforma da educação superior segue a passos largos e sem o amplo debate necessário para uma reforma que de fato possa vir a promover uma educação superior voltada para desenvolvimento, independência nacional e emancipação social. De forma semelhante ao governo de Fernando Henrique Cardoso, as proposições para a reforma da educação superior são apresentadas de forma fragmentada e isoladas umas das outras. A reforma é "fatiada" em uma avalanche de projetos de lei, portarias, decretos, medidas provisórias (SINAES, PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Lei das Parcerias Público- Privadas, regulamentação das fundações de apoio, etc), que se somam às do governo anterior. Não se constitui uma proposta articulada, cujo texto final, o governo pretenda discutir com os movimentos sociais. Verificamos, novamente, a imposição de um conjunto de medidas sem um debate público e sereno com a sociedade. Por exemplo, a Lei de Inovação Tecnológica, pode converter a universidade pública em mera prestadora de serviços para empresas privadas, inclusive destinando os já reduzidos recursos públicos investidos em C&T para financiar encomendas que interessam às empresas.

O governo não apenas indica a agenda de uma reforma da educação superior, mas seleciona os atores com os quais pretende estabelecer o consenso sobre as suas proposições, impede a expressão do contraditório e que as "vozes polissêmicas presentes na comunidade universitária não apenas possam ser escutadas, mas seriamente consideradas como ponto de partida para a transformação da universidade" (LEHER, 2004). A reforma deve ser objeto de discussão em todas as instâncias da universidade e da sociedade.

**Trabalho e Educação** neste editorial realinha a necessidade de estabelecer os nexos da reforma da educação superior com as determinações e contradições do capitalismo globalizado para os países periféricos, que na sua busca ávida por novos espaços de valorização do capital, busca impor a total mercadorização da educação e a adoção de modelos de educação cada vez mais funcionais aos seus propósitos.

*Maria Rosimary Soares dos Santos  
Profa DAE/FaE e Membro do NETE*

